

EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM CONTEXTOS RURAIS: REFLEXÕES SOBRE AS AÇÕES DO PROJETO GESTÃO SOCIAL NAS ESCOLAS NA COM-VIDA DE UMA ESCOLA RURAL DO CRATO, CEARÁ

Cícera Mônica da Silva Sousa Martins ¹
Waléria Maria Menezes de Moraes Alencar ²

RESUMO

A pauta da sustentabilidade tem cada vez mais ganhado protagonismo em espaços de discussão mundial e na esfera educacional. Uma das iniciativas governamentais criadas para a promoção de atividades em educação ambiental é a Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida (COM-VIDA), que objetiva fomentar espaços participativos para o ensino-aprendizado da educação ambiental. Visto esse panorama, o projeto Gestão Social nas Escolas foi convidado por uma escola pública localizada na zona rural do município do Crato para desenvolver ações junto à COM-VIDA, focando o contexto de conflito socioambiental que a comunidade estava vivenciando. A presente pesquisa, caracterizada como qualitativa e realizada com base na observação participante, objetiva refletir sobre os impactos das ações do Gestão Social nas Escolas desenvolvidas nessa escola, no que se refere ao fortalecimento de práticas sustentáveis no ambiente escolar e comunitário. Durante a ação, foi possível observar que a estratégia de utilização de metodologias ativas aliada ao trabalho com pertencimento territorial possibilitou a discussão sobre modos de vida sustentável no campo e engajou os alunos na criação de projetos de intervenção voltados para demandas emergentes na escola, como a criação da horta comunitária e o fortalecimento do engajamento com o equipamento cultural da comunidade.

Palavras-chave: Educação Ambiental, Zona Rural, COM-VIDA, Escola Rural.

INTRODUÇÃO

Tendo em vista o atual contexto de crise ecológica e a busca por soluções para frear o avanço do aquecimento global, da destruição e poluição de biomas e a necessidade de repensar o estilo de vida urbano e rural, a pauta da Educação Ambiental vem ganhando atenção nos fóruns de discussão mundial e brasileiros sobre sustentabilidade. Sachs (2009) pontua que é cada vez mais necessário o fomento de modelos civilizatórios que tenham como base a preservação da biodiversidade e a conexão com o saber popular, em especial dos povos que historicamente cuidam destes biomas, como os povos do campo, das águas e das florestas.

¹ Doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará - UFC, monicamartins_sousa@hotmail.com;

² Doutora em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília – UnB, Docente da Universidade Federal do Cariri, UFCA, waleria.menezes@ufca.edu.br

A ética do respeito à diversidade do fluxo da natureza é primordial para a difusão do respeito à diversidade cultural e de sustentação da vida, bases da sustentabilidade, da igualdade e da justiça social. E quando este princípio ético se alia às práticas educacionais, é possível pensar em modo de fomentar uma relação respeitosa entre os sujeitos e os seus territórios de convívio. Logo, ressalta-se o papel primordial da educação na mudança de paradigmas para uma vida sustentável. (Sachs, 2010; Gadotti, 2009).

A subárea do campo do conhecimento educacional que possui mais expertise e proximidade com a discussão supracitada é a Educação Ambiental, definida por Roos e Becker (2012, p.857) como um método de ação coletiva, onde o indivíduo envolvido nesta “pode assumir e adquirir o papel de membro principal do processo de ensino/aprendizagem a ser desenvolvido, desde que cada pessoa ou grupo seja agente ativamente participativo na análise de cada um dos problemas ambientais diagnosticados”.

Em processos formativos voltados para a pauta da preservação e conservação ambiental, é importante trabalhar desde os aspectos objetivos e subjetivos da relação pessoa-ambiente até o estímulo à percepção crítica sobre a realidade do seu entorno, considerando que o estudante, enquanto membro pertencente ao ambiente estudado, deve se sentir corresponsável pela manutenção e cuidado com este ambiente. Ter um olhar propositivo, autônomo e consciente sobre o seu território é crucial para aproximar os alunos das temáticas trabalhadas em sala de aula, e, visto a facilidade no processo de adquirir novos hábitos, deve ser trabalhado principalmente durante a trajetória do ensino básico nos processos de escolarização (Ferreira *et al.*, 2019; Vieira *et al.*, 2021).

Partindo deste entendimento, o Projeto Gestão Social nas Escolas (GSE), ação de extensão ligada ao Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Gestão Social, atua há treze anos em escolas públicas de ensino básico (fundamental e médio) da região do Cariri Cearense, tendo quatro bases importantes para a realização das suas atividades: 1) protagonismo juvenil; 2) pertencimento territorial; 3) sustentabilidade e 4) integração da comunidade escolar com as ações promovidas na sua comunidade de origem.

Conforme Tenório (2008, p.40), a Gestão Social consiste em um “processo gerencial dialógico onde a autoridade decisória é compartilhada entre os participantes da ação”. Logo, uma ação pautada nos princípios desta teoria deve ter como base o estímulo à cooperação, ao diálogo, à autonomia e pensar em propor atividades que visem promover o bem comum. Quando se fala da articulação entre ações educativas com base na gestão social, o foco central é trabalhar o protagonismo dos estudantes a partir de atividades

grupais que estimulem a instauração desses princípios de acordo com as demandas que são vistas como mais emergentes no território onde o GSE é convocado a atuar.

O caso que será aqui relatado veio de uma demanda relacionada à temática de Educação Ambiental, que partiu da Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida (COM-VIDA) de uma escola de ensino fundamental localizada no distrito rural Baixo das Palmeiras, localizado na cidade do Crato, interior do Ceará. Segundo o documento orientativo de implementação da COM-VIDA, produzido pelo Ministério da Educação (MEC) (BRASIL, 2007), essas comissões têm como objetivo implementar ações educacionais transversais que dialoguem com a agenda mundial de compromisso com o desenvolvimento sustentável, conhecida como Agenda 21, produzida pela Organização das Nações Unidas (ONU) na conferência Rio-92.

No momento em que o GSE foi convidado para atuar nesta escola, a comunidade estava passando por uma situação de conflito ambiental derivada da construção de uma obra pública, que estava gerando várias desapropriações forçadas e causando temores quanto ao desmatamento da área nativa, perda de memória cultural e poluição. O presente artigo tem como objetivo refletir sobre os impactos das ações do Gestão Social nas Escolas desenvolvidas nessa escola, no que se refere ao fortalecimento de práticas sustentáveis no ambiente escolar e comunitário.

METODOLOGIA

O referido artigo trata-se de uma pesquisa descritiva, de abordagem qualitativa, que, segundo Silveira e Córdova (2009, p.32), “preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais”. Enquanto método, trata-se de uma pesquisa-intervenção pautada no trabalho de campo.

No processo de realização da coleta dos dados a serem analisados, optou-se pelo método da observação participante, que, de acordo com Marrieto (2018, p.8), “consiste na inserção do pesquisador no interior do grupo observado, tornando-se parte dele, interagindo por longos períodos com os sujeitos, buscando partilhar o seu cotidiano para sentir o que significa estar naquela situação”. Nesse estudo, aborda-se o recorte temporal pré-pandemia (2019-2020) das ações do Projeto Gestão Social nas Escolas em uma escola pública municipal do Distrito Rural Baixo das Palmeiras, composto por onze comunidades rurais, incluindo a comunidade Baixo do Muquém, onde se localiza a

referida instituição de ensino, e faz parte da cidade do Crato, localizada no sul do Ceará, na região do Cariri Cearense. Ressalta-se que o GSE desenvolveu ações remotas durante a pandemia da COVID-19 e ações no ano de 2022 na mesma comunidade, mas, para este escrito, foram selecionadas as atividades presenciais realizadas até antes do período pandêmico, que se agravou em meados do mês de março de 2020, onde foi implementado o processo de isolamento social.

Sobre o arcabouço metodológico optado pela equipe do projeto durante a observação participante, foi utilizada a base das metodologias integrativas, que conforme Gianela e Batista (2013) são formas não-tecnicistas de trabalhar o diálogo, escuta ativa, fortalecimento de vínculos, integração sujeito-território, valorização dos saberes locais, estímulo à cooperação, criar e agir em coletivo e construção de conhecimentos comuns. Para a realização das atividades com foco em Educação Ambiental contextualizada e de sensibilização, optou-se pela realização de atividades expressivas, como desenhos, jogos colaborativos, oficinas temáticas, visitas de campo, dinâmica de e rodas de conversa.

Já para o processo de planejamento das ações que os alunos iriam fazer na comunidade escolar e na comunidade do entorno, foram utilizadas duas técnicas de planejamento participativo: a dinâmica “Que bom, que pena e que tal?”, onde os alunos elencam os pontos fortes e fracos da vivência escolar e suas proposições para a melhoria deste espaço; e a “Árvore dos Sonhos”, onde os estudantes selecionam cinco ações estratégicas e factíveis que eles desenvolverão na escola, assessorados pelos extensionistas do GSE. Todos os dados de observação foram registrados por meio de diários de campo, além dos registros de fichas de planejamento e avaliação de cada ação, que foram escritas pela equipe extensionista e arquivadas no computador e na nuvem do laboratório de pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como pontuado anteriormente, a visita do Projeto Gestão Social nas Escolas ao distrito Baixio das Palmeiras se deu num momento crítico vivenciado pelos moradores: a chegada de uma obra pública. O Cinturão das Águas do Ceará (CAC) é um projeto advindo do Governo do Estado que tem como objetivo geral suprir a demanda hídrica do estado por meio da adução das águas da Transposição do Rio São Francisco a partir de um canal. A obra, que atualmente se encontra em construção, atingiu várias comunidades

rurais no Cariri, sendo o Baixio das Palmeiras a localidade mais afetada no lote 03 da obra.

A chegada desse empreendimento ocasionou o processo de desapropriação de dezenas de famílias pertencentes a esse território, assim como a destruição de áreas verdes e aterramento de Olhos d'água, ambientes naturais importantes para a manutenção da cultura local. Sem uma comunicação efetiva e clara com os moradores, o processo de desapropriação gerou uma situação de conflito socioambiental, onde os populares buscam diminuir os impactos desse processo e defender o seu território. Conforme dados levantados por Martins (2020) durante o período da sua pesquisa, a forma impositiva do processo, a falta de comunicação com a comunidade e o temor pelos danos que essa obra causaria tanto aos moradores quanto ao ecossistema local foram estressores que trouxeram impactos diretos na saúde e nos modos de subjetivação da população afetada, que mesmo em meio da insegurança, gerou um potente movimento social em defesa dos seus direitos e do seu lugar, este nomeado como “Somos Todos Baixios das Palmeiras”.

Dentre esses moradores, alguns estudantes estavam entre as famílias que seriam desapropriadas e também envolvidos no movimento social e em espaços importantes de manutenção da cultura local, como a Casa de Quitéria, um centro cultural de preservação da memória daquela localidade. Ao se reunir com os estudantes que faziam parte da COM-VIDA, a pauta principal levantada pelos alunos foi a necessidade de aprofundar conhecimento sobre educação ambiental e trabalhar questões relacionadas a território e patrimônio, visto que uma parcela dos estudantes pleiteava transformar a Casa de Quitéria em um museu orgânico, que é visto por Araújo e Melo (2023, p.171) como um espaço que “está ligado ao afeto que a pessoa tem por sua casa e todas as relações que são construídas dentro dessa arquitetura a partir do seu território”.

No recorte de 2019 a 2020 (antes da pandemia da COVID 19), o GSE realizou oito atividades de campo, em caráter quinzenal, com o público participante da ação. O grupo de alunos participante da COM-VIDA participou de todas as ações e, na visita de campo, contou-se com alunos de outras turmas que tinham interesse em participar do projeto no ano posterior. A comissão continha majoritariamente meninas, das turmas do oitavo e nono ano da escola, com idades entre doze a quinze anos, e parte deste público estava se preparando para seleções de entrada em escolas de ensino médio profissionalizantes.

As atividades foram iniciadas em agosto de 2019, com a realização de uma dinâmica de sondagem sobre o entendimento deles acerca de cooperação, seguida da

apresentação da equipe e dos temas que seriam trabalhados ao longo do projeto. As demais atividades foram centradas nas temáticas mais emergentes no grupo: o conceito de educação ambiental e de sustentabilidade, o entendimento sobre território e pertencimento, o resgate da conexão com o saber cultural e a história da comunidade, a utilização de ferramentas de comunicação para trabalhar questões de conscientização, autoimagem e autoestima.

Enquanto métodos escolhidos, optou-se por atividades que tinham como base o trabalho da construção coletiva, reflexão e criatividade para olhar os problemas emergentes. Em um dos encontros em que foi trabalhado o conceito de Educação Ambiental, elementos pertencentes à realidade dos povos do campo apareceram nos desenhos dos estudantes, como pode ser observado na figura 1:

Figura 1: Desenho referente a atividade “O que é Educação Ambiental?”



Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Este desenho foi produzido como resposta à pergunta geradora “Para você, o que é Educação Ambiental?”, onde a equipe que o produziu afirmou que, para eles, falar sobre educação ambiental não é apenas falar sobre o cuidado com o ambiente natural, como as florestas, mas também com o cuidado com o lugar onde você vive. Mencionaram a cisterna e a produção agrícola sem a utilização de agrotóxicos como práticas de cuidado onde eles vivem. Tal menção ratifica o que é pontuado por Ferreira et al. (2019) acerca da necessidade de se trabalhar os processos educativos sobre questões ambientais de forma contextualizada, pois a aproximação com a cultura local fortalece a aprendizagem e a torna um processo ativo e circular.

Outra atividade que se destacou nesse processo foi a realização de uma roda de conversa intergeracional, onde duas mulheres idosas, que são figuras importantes para a história da comunidade (uma parteira e a primeira professora da escola), tiveram um momento de troca de experiência com os jovens participantes do GSE, suscitando reflexões sobre como era a vida na comunidade no passado, como eles enxergam o presente e as suas perspectivas sobre o futuro dessa localidade. Os jovens aproveitaram para tirar dúvidas e saber curiosidades sobre seu território. Outro dado relevante sobre esta atividade foi a escolha do local de realização: a Casa de Farinha da comunidade. Em algumas comunidades rurais do Cariri, existe a prática da produção da farinha para o preparo de tapioca e de beiju, denominada como “farinhada”, onde os agricultores se reúnem para preparar o insumo (mandiocas) para a produção da farinha e festejam o final do processo com música e comidas tradicionais. A casa da comunidade é uma propriedade centenária, reconhecida como patrimônio cultural da cidade (Figura 2).

Figura 2- Roda de conversa intergeracional



Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Uma das temáticas mais pontuadas nesse momento foi a proteção do ambiente e a organização popular em defesa deste durante o conflito ambiental vivenciado. A preocupação com os riachos, colinas, plantas e animais nativos, assim como a qualidade de vida dos moradores, é algo partilhado entre as duas gerações presentes no debate. Outras atividades realizadas foram oficinas de fotografia, utilização de jogos como o Tangran, dinâmicas de grupo, momentos de relaxamento e uma visita de campo para os estudantes conhecerem algumas experiências de museus orgânicos do Cariri, como a Fundação Casa Grande, o Museu do Ciclo do Couro, entre outros, localizados nas cidades

de Nova Olinda e Santana do Cariri. A última atividade citada foi realizada para auxiliá-los no seu projeto de transformação da Casa de Quitéria em um museu orgânico da comunidade.

Finalizadas as atividades de sensibilização, foi feito o processo de planejamento das ações que os jovens realizariam para benefício deles e da comunidade escolar naquela localidade. Para isso, foram utilizadas as dinâmicas de planejamento participativo “que bom, que pena e que tal” e a árvore dos sonhos. Nas ações prioritárias escolhidas para serem executadas pelos jovens, temas trabalhados ao longo do processo de educação ambiental foram abarcados no planejamento, como a construção de uma área de convivência para os alunos com mobiliário feito de materiais recicláveis, a criação da horta e da farmácia viva da comunidade e a criação de uma programação cultural focada na valorização das práticas locais, como pode ser visto na figura 3.

Figura 3: Árvore dos Sonhos da turma COM-VIDA 2019



Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Além dos encontros citados anteriormente, também foram realizadas três visitas prévias de planejamento, tanto com os estudantes quanto com o núcleo gestor e de professores da escola, e um momento avaliativo sobre o impacto das atividades. Por conta da calamidade pública do processo de contaminação por SARS-CoV-2 (COVID 19), a realização das

atividades planejadas para o ano foi interrompida e os projetos idealizados pelos jovens foram paralisados. Porém, ocorreram algumas atividades remotas via Google Meet durante a pandemia e o retorno das ações de campo em 2022, quando essa fase do projeto foi concluída.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista a análise dos dados observados e sua correlação com a temática central deste estudo, é possível observar que na condução de um projeto pautado em Educação Ambiental, três elementos são cruciais para o engajamento dos estudantes: metodologias ativas promotoras de autonomia, contextualização do arcabouço teórico-metodológico a partir das vivências locais e pertencimento territorial, sendo este último um aspecto fundamental para as discussões em sala de aula partam para o campo da prática. O reforço das noções de cooperação e trabalho para defender o bem comum dialogou diretamente com a situação conflituosa onde o público-alvo estava imerso, o que estimulou considerações importantes sobre a amplitude da temática da sustentabilidade e dos direitos básicos dos povos rurais.

As trocas de experiências e a reflexão sobre o fomento de uma vida sustentável no campo possibilitaram um maior envolvimento dos alunos na construção de alternativas para potencializar uma cultura de sustentabilidade na escola, como a criação da horta comunitária e as demais ações da árvore dos sonhos. Estes momentos também foram importantes para aproximar ainda mais os jovens ao contribuir com o equipamento cultural da comunidade. Alguns destes jovens, posteriormente, se envolveram na criação de uma horta agroecológica coletiva e na ativação da biblioteca da comunidade.

Conclui-se que, quando é pensado sobre a necessidade de implantar uma cultura do cuidado e de sustentabilidade, é imprescindível esse processo ser iniciado desde a educação básica, o que possibilita o fomento dos modos de vida sustentáveis e sua manutenção futura e, para isso, também é preciso ter-se uma cultura de coletividade e compromisso com o bem comum. Espera-se que esta experiência possa inspirar demais pesquisadores e extensionistas ao pensar em práticas educacionais para a sustentabilidade em territórios rurais.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, N. S.; MELO, R. S. Museu orgânico: pertencimento e encontro com o patrimônio cultural. In: FERREIRA, Y. N.; GOMIDE, C. H. (Orgs.). **Ebook do I Congresso de Literatura, Sociedade, Cultura e Direitos Humanos**. Goiânia: Casa da Música, 2023.

BRASIL. **Formando COM-VIDA Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola: Construindo Agenda 21 na Escola**. 2.ed. Brasília: Ministério da Educação, 2007.

FERREIRA, L. C; MARTINS, L.C. F; MEROTTO, S. C; RAGGI, D. G.; SILVA, J. G. F. Educação ambiental e sustentabilidade na prática escolar. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, [S. l.], v. 14, n. 2, p. 201–214, 2019.

GADOTTI, Moacir. **Educar para a sustentabilidade: uma contribuição à década da educação para o desenvolvimento sustentável** São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2008.

MARIETTO, M. L. Observação participante e não participante: contextualização teórica e sugestão de roteiro para aplicação dos métodos. **Revista Ibero-Americana de Estratégia**, 17(04), p. 05–18, 2018.

MARTINS, C. M. S. S. **Afetividade em contextos de desapropriação: impactos psicossociais das obras do cinturão das águas do Ceará em comunidades rurais do município do Crato-CE**. 2020. 208 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020.

ROOS, A.; BECKER, E.L.S., Educação Ambiental e Sustentabilidade. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental-REGET/UFSM** (e-ISSN: 2236-1170), v.5,nº5, p. 857 -866, 2012. Disponível em: <<http://periodicos.ufsm.br/reget/article/viewfile/4259/3035>>. Acesso em 10. Set. 2024.

SACHS. I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, F. P. A Pesquisa científica. In: GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T (Orgs.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. .

VIEIRA, D. S.; VIEIRA, M. de S.; SILVA, E. V. da; VIEIRA, D. S.; ALMEIDA, L. M. de; GÓES, M. I. L.; VIEIRA, R. de S. Importância da Educação Ambiental e uso sustentável de recursos dentro do Ambiente Escolar: uma revisão da literatura. **Brazilian Journal of Development**, [S. l.], v. 7, n. 4, p. 33609–33614, 2021.